



Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Comunicação – FAC  
Departamento de Audiovisuais e Publicidade – DAP  
Bacharelado em Publicidade

**ESTUDANTES AFRICANOS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:  
Sua inserção na Universidade de Brasília e na sociedade brasiliense**

**Teresa Manuel Doms**

Brasília, 2º semestre de 2014

TERESA MANUEL DOMS

**ESTUDANTES AFRICANOS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:  
Sua inserção na Universidade de Brasília e na sociedade brasiliense**

Memória do Projeto Experimental —  
Documentário apresentado como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Publicidade na Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Mestre Sérgio Ribeiro

Brasília – DF

2014

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Comunicação – FAC  
Departamento de Audiovisuais e Publicidade – DAP  
Bacharelado em Publicidade

TERESA MANUEL DOMS

**ESTUDANTES AFRICANOS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA:  
Sua inserção na Universidade de Brasília e na sociedade brasiliense**

Memória do Projeto Experimental Documentário, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Publicidade na Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Mestre Sérgio Ribeiro.

Banca Examinadora:

---

Prof. Mestre Sérgio Ribeiro – Orientador  
DAP/FAC/UnB

---

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino Membro  
JOR/FAC/UnB

---

Prof. Mestre Carlos Henrique Novís Membro  
DAP/FAC/UnB

Brasília, 14 de Novembro de 2014.

À Henriqueta Maria Eduardo, que Deus a tenha – minha querida mãe. Por eu chegar aonde cheguei graças à minha querida mãe, que me deu muita força, mesmo estando doente. Infelizmente, ela não poderá comemorar o momento mais importante da minha vida, mas acredito que lá em cima ela ficará feliz por eu estar a realizar o sonho dela. Uma conquista que não é minha, mas, sim, dela.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

Às minhas irmãs: Chana Doms, Gabriela Doms e a Engracia Doms.

Ao meu pai Domingos Pedro Doms.

Aos meus amigos: Jacileno Delgado, Betuel Mvumbi e Manela Vila Nova – a todos que me apoiaram.

À minha equipe maravilhosa: Caio Sato, Daniel Lukan Schimith Silva, Laura Feraiz, Luis Felgueira, e Selene Sodré Farias Falcão,

Aos professores: Fernando Oliveira Paulino, Ivair Augusto Alves dos Santos e, em especial, ao meu professor orientador, Sérgio Ribeiro.

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo permitir que os estudantes africanos expressassem e apresentassem à comunidade da Universidade de Brasília as belezas, costumes e o modo de ser africano, bem como analisar a forma com que a referida Universidade tem recebido estes estudantes, que enfrentam algumas dificuldades na chegada à Brasília. Tais dificuldades muitas vezes são intensificadas pelo preconceito de alguns brasileiros em relação aos africanos. Neste sentido, o documentário também visa fornecer mais informação aos brasileiros sobre a condição dos estudantes africanos na Universidade de Brasília, fazendo com que os preconceitos sejam desconstruídos.

**Palavras-chave:** Convênio PEC – G; Convivência; Dificuldades; Estudantes Africanos;

## **ABSTRACT**

This documentary had as its main goal to give African students the opportunity to express and present to the community of the University of Brasília the African beauties, cultural habits and way of living. The second goal was to analyze the manner in which the University de Brasília has welcomed these students, who face some difficulties when arriving in Brasília. Many times, these difficulties are intensified by the prejudice some Brazilians show towards Africans. This way, the documentary also aims at providing Brazilians with information about the condition of African students at the University of Brasília, so that prejudices can be deconstructed.

**Keywords:** PEC – G Agreement; Acquaintanceship; Difficulties; African Students;

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FAC	- Faculdade de Comunicação
MEC	- Ministério da Educação
MPLA	- Movimento Popular de Libertação de Angola
PEC-G	- Programa de Estudantes – Convênio de Graduação
UnB	- Universidade de Brasília
DCT	- Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica
SESu	- Secretaria de Educação Superior
IES	- Instituição de Ensino Superior
FORGRAD	- Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 RELAÇÃO ANGOLA-BRASIL: BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>3 CONVÊNIO PEC-G ANGOLA-BRASIL (UnB): BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>14</b>
<b>4 CINEMA E DOCUMENTÁRIO.....</b>	<b>19</b>
<b>5 A PRODUÇÃO DE DOCUMENTÁRIO .....</b>	<b>23</b>
<b>6 MEMÓRIA DO DOCUMENTÁRIO (DA PRODUÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO) .....</b>	<b>24</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO.....</b>	<b>31</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como principal enfoque a seguinte temática: apresentar um pouco dos estudantes vindos do continente africano – diversidade cultural, política, etnias, conhecimento científico e acadêmico, até as raízes que os ligam ao Brasil – aos alunos da Universidade de Brasília (UnB), bem como o modo como esses estudantes encaram sua vinda ao Brasil: desde o preconceito, as dificuldades acadêmicas, a diversidade cultural, até o acolhimento e adaptação.

A referida temática foi objeto da produção de um documentário sob a perspectiva supramencionada. Como campo de estudo, tem-se a própria UnB, enquanto anfitriã dos estudantes africanos em Brasília. Os diálogos e opiniões de professores e demais estudantes da Universidade evidenciam a percepção desta acerca do intercâmbio cultural existente entre a África e a UnB.

É importante mostrar e compartilhar como os países africanos têm reunido esforços para crescerem, bem como os mesmos puderam se organizar e manter certa estabilidade depois da guerra que muitos países enfrentaram. Os aspectos políticos devem ser enfocados e apresentados, pois atuam um papel importante para o intercâmbio cultural e acadêmico entre a África e o Brasil.

Para a produção e realização de um documentário fiel à realidade e à convivência entre os estudantes africanos e a UnB, fez-se uma análise buscando evidenciar tal vínculo, criado a partir do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) do Ministério da Educação (MEC), atentando-se à essência, preceitos, objetivos e importância desse programa.

Para atender aos propósitos estipulados, mostrou-se essencial a colaboração de colegas brasileiros, e de integrantes da Faculdade de Comunicação (FAC) da UnB.

## 2. RELAÇÃO ANGOLA-BRASIL: BREVE HISTÓRICO

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência da República Popular de Angola, em 11 de novembro de 1975. Naquele período, sob o comando do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), deu-se o estabelecimento das relações entre Angola e Brasil (Pantoja; Saraiva, 2000).

Segundo Lechini (2008), do ponto de vista diplomático, a instalação de uma representação especificamente em Luanda, antes mesmo da independência de Angola, dá o tom do interesse brasileiro por aquele país africano. Tal reconhecimento veio a fortalecer a afetividade das relações bilaterais que ocorrem até hoje, em especial no que tange ao intercâmbio comercial durante as décadas de 1970 a 1990. Com o objetivo de facilitar as relações comerciais entre os dois países, foram introduzidos os contratos de comércio, cuja intenção era a troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros.

Quanto à motivação para aproximação entre o Brasil e Angola, pode-se dizer que essa relação tenha aumentado com a aceleração do processo de desagregação do campo soviético, com o colapso do regime socialista no Leste europeu e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Pode-se ressaltar também que no contexto da África em geral, tenha havido um declínio durante o período Pós-Guerra Fria, principalmente quando nos referimos às ações de cunho comercial; nos dias de hoje as relações Brasil-Angola possuem cada vez mais força e intensidade.

Ainda segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no começo dos anos 1990 houve uma missão composta por diversos ministros e empresários angolanos, que visitaram o Brasil para conhecer a competência brasileira nas áreas de transporte, consumos e energia. No mês de março do mesmo ano, o presidente angolano José Eduardo dos Santos visitou o Brasil por ocasião da posse do presidente Fernando Collor de Melo. Ainda no ano de 1990, o presidente Collor de Melo promulgou o Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Brasil e Angola, país que fez questão de visitar durante sua primeira viagem ao continente africano — Collor depois visitou muitos outros países, como Namíbia, Moçambique e Zimbábue. Naquele momento, os dois presidentes assinaram o protocolo de intenções na Área de Desenvolvimento Educacional, acordo que dá aos estudantes angolanos a oportunidade de entrarem em cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, através do programa PEC-G. Continuando no âmbito da educação de Angola, outros países africanos hoje se beneficiam com a instalação da Universidade de Integração

Internacional (UNILAB), no estado do Ceará, onde o governo brasileiro destinou 2500 vagas para estudantes africanos (Lechini, 2008).

Quando o Presidente Itamar Franco estava no poder em 1994, e houve relançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, o Brasil teve participação intensa nos debates junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, nas discussões sobre os conflitos que atingiam o continente africano, particularmente Angola.

Em agosto de 1995, o presidente de Angola José Eduardo dos Santos, veio à Brasília para assinar o acordo para o refinanciamento da dívida angolana com o Brasil. Em retribuição à visita do colega angolano, o presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Angola em novembro de 1996, com o intuito de reverter a diminuição das trocas comerciais com aquele país (Lechini, 2008).

Ao voltarmos ao passado, percebemos, no entanto, que a aproximação entre Brasil e África, evidenciada durante a década de 1970, foi além de contatos comerciais, mas principalmente afetivos com o continente africano, transformando-se em um ato político decorrente de um projeto de inserção internacional do Brasil, que procurou abordar, tanto material quanto politicamente, sua relação com a África. Foi dessa forma, e sob o impulso do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e outros órgãos governamentais, que o Brasil começou a investir maciçamente na conquista de novos mercados na África. Podemos observar que durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política externa brasileira tinha um claro objetivo de incentivar a cooperação Sul-Sul, com absoluta prioridade para as relações do Brasil com América do Sul e a África (Pinto, 2009).

Vale ressaltar que o presidente Lula visitou 27 países africanos durante o seu mandato (em viagens que começaram em janeiro de 2003) — mais do que todos os presidentes da história do Brasil juntos, sendo que o primeiro país visitado foi Angola. O ministro das Relações Exteriores do Brasil na época, Celso Amorim, afirmou que a África deixava de ser um continente de problemas, mas sim um continente de oportunidades; tanto que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nos anos de 2009 e 2010 apoiou 150 projetos de cooperação na África, que somaram um investimento de cerca de US\$ 38 milhões. No total de recursos adjudicados aos projetos de cooperação técnica no continente, 74% se destinam a países de língua portuguesa, para os quais o Brasil se converteu numa “espécie de irmão”, segundo declaração do embaixador brasileiro em Moçambique, Antônio de Souza e Silva (Brasil, ABC, 2010).

As relações comerciais relevantes intensificaram-se durante os anos 1990, quando se verificou um acentuado incremento da atuação da Petrobrás em território angolano, e a

continuidade das atividades da construtora Odebrecht, que se tratou de um relacionamento comercial bem-sucedido desde os anos 1980, por intermédio da utilização das estatísticas de comércio. A Petrobrás, que está presente em 27 países africanos, encontra justamente em Angola sua maior lucratividade, notadamente com a exploração de diamante e produção de açúcar e álcool.

Depois de quase quatro décadas de confrontos, primeiro pela independência, e depois pela guerra civil que declarou o país, Angola vem crescendo a uma taxa média anual de 15% desde o fim dos conflitos. O governo angolano prometeu construir, antes de 2012, um milhão de casas para a população de baixa renda, nos moldes do projeto brasileiro Minha Casa Minha Vida, além da participação da Petrobrás, que mantém parceria com o governo angolano até hoje (Gaio, 2012).

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), empresa estatal petrolífera de Angola, prevaleceu sempre na economia angolana, uma vez que representa aproximadamente 40% do PIB do país e perto de 90% das receitas do governo. A Petrobrás, por intermédio de sua subsidiária Braspetro, tem atuado em Angola desde 1979, quando adquiriu 17,5% de participação na fase exploratória do Bloco 2, na Bacia do Baixo Congo. Essa participação foi ampliada para 27, 5% em 1987. No ano 2000, as atividades da Braspetro brasileira foram incorporadas à *holding* Petrobrás.

Angola atualmente tem uma economia que cresce mais de 15% ao ano, muito além da média dos demais estados africanos, e representa 16% das relações comerciais do Brasil com a África. Além disso, pode-se afirmar que 10% do seu PIB se refira às empresas brasileiras. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou linhas de créditos no valor de US\$ 14 bilhões para atender aproximadamente 200 empresas brasileiras instaladas em Angola. O referido Banco tem a meta de financiar equipamentos destinados a obras de infraestrutura e desenvolvimento de Angola. Pode-se ver que o Brasil, no governo da presidente Dilma Rousseff, a partir de janeiro de 2011, seguirá a tendência de manter e aumentar as relações entre o Brasil e Angola. Segundo Ana Lucy Peterson, o Brasil está na expectativa para identificar novas áreas de cooperação com Angola, no quadro da parceria estratégica existente entre os dois países (Brasil, ABC, 2009-2010). Há ainda a informação de volume de negócio: segundo a Agência Brasileira de Cooperação, ainda nesse ano as 53 empresas brasileiras que estiveram em Angola participaram de 535 encontros com empresários locais. A estimativa é que sejam gerados negócios de US\$ 51 milhões para os próximos 12 meses.

Olhando o histórico das relações entre o Brasil e Angola, muitas ideias já se materializam, e isso é motivo de celebração. Assim, o papel de liderança que o Brasil adquiriu, dada a sua condução econômica e habilidade de interlocução, obrigam-o a não voltar em sua posição. Podemos notar que até aqui o Brasil tem transformado ideias em ações.

As experiências passadas têm demonstrado que as relações bilaterais entre Brasil e Angola são sólidas e que tem produzido bons resultados para ambos os países.

### **3. CONVÊNIO PEC-G ANGOLA-BRASIL (UnB): BREVE HISTÓRICO**

Segundo o MEC (2000), o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi criado oficialmente em 1965, através do Decreto nº 55.613/65. Atualmente o programa é regido pelo Decreto nº 7.948/2013, e oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

O PEC-G é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país.

Angola é um dos países beneficiados pelo Programa PEC-G. Em 2014, 12 alunos angolanos cursam a graduação; desses, 8 alunos fazem parte do programa PEC-G, e 4 alunos ingressaram na UnB por meio de Matrícula de Cortesia diplomática, concedida pelo Ministério das Relações Exteriores aos membros dos corpos diplomáticos no Brasil. E um dos alunos ingressou pelo vestibular. A UnB tem parceria com esse convênio desde o ano de 1989.

Segundo o MEC, o programa tem várias etapas; a execução do PEC-G, é iniciada pelo processo de pré-seleção no país de origem do aluno, seguida da vinda do estudante ao Brasil. Uma vez no Brasil, o aluno se apresenta à IES de destino e obedece aos prazos previstos pelo PEC-G.

Nos calendários letivos de cada IES, o estudante-convênio é matriculado e passa a frequentar o curso, dedicando-se exclusivamente aos estudos de graduação. Após graduar-se, o aluno retorna ao país de origem, onde recebe o diploma devidamente autenticado pelos órgãos brasileiros. Essas etapas, coordenadas por diferentes órgãos, de acordo com as atribuições referidas acima, desenvolvem-se da forma exposta a seguir.

O processo seletivo se inicia depois de confirmadas as vagas pelas IES. O Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT) informa às Embaixadas brasileiras no exterior quais são as vagas, por curso, destinadas aos países participantes. A Embaixada procede, então, à pré-seleção dos candidatos inscritos, juntamente com a equipe do país em que está sediada.

O julgamento dos estudantes é feito com base em seu histórico escolar de ensino médio ou equivalente, e em suas condições de manutenção financeira. A relação dos pré-selecionados e dos respectivos cursos pretendidos é encaminhada ao DCT, que junto à Secretaria de Educação Superior (SESu) e assessorada por uma comissão indicada pelo Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD), procede à seleção final, em função da análise curricular e da disponibilidade do quadro de vagas oferecidas pelas IES escolhidas na pré-seleção pelo estudante e das prioridades estabelecidas pelo Programa.

Aos alunos selecionados são fornecidas instruções sobre a legislação brasileira, sobre o Protocolo do PEC-G, e sobre condições de estudo e vida no Brasil. De posse da carta de apresentação, do passaporte com o visto temporário IV (concedido pela embaixada brasileira no exterior), do histórico escolar, da declaração de conclusão do ensino médio e de cópias do termo de compromisso, além do comprovante de capacidade econômica, o aluno vem ao Brasil se apresenta na IES para registro e matrícula, respeitando o calendário de cada instituição. Ao sair de Angola, o estudante deve apresentar todos esses documentos.

O estudante-convênio é um aluno especial, selecionado diplomaticamente em seu país através dos mecanismos previstos no Protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa. Este visa à cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior para fins de formação de quadros nos países em desenvolvimento, signatários dos Acordos de Cooperação com o Brasil.

Como participante do PEC-G, o estudante deve atender aos objetivos e metas do Programa: vir ao Brasil para estudar, se graduar e retornar ao seu país de origem. Nos termos do Protocolo, o estudante-convênio é aluno em tempo integral, para que possa integralizar o curso em tempo hábil.

Como beneficiários de Acordos Culturais, os direitos e deveres do Estudante-Convênio são específicos de sua condição de participante do PEC-G, que o diferenciam dos estudantes regulares. A observância rigorosa dos deveres é, inclusive, condição necessária para sua permanência no Brasil.

O estudante ingressa no curso superior em uma vaga criada pelas IES participantes do PEC-G especialmente para esse fim, sem precisar enfrentar a barreira do processo seletivo de acesso ao ensino superior brasileiro; tem direito à gratuidade do ensino, e durante o período em que estiver vinculado à IES é liberado do pagamento de quaisquer taxas ou anuidades escolares, ainda que estude numa instituição privada. Graças aos Acordos Culturais, os alunos têm direito ao reconhecimento do diploma obtido em IES brasileiras, que será automaticamente reconhecido no seu país de origem.



Depois de sua chegada, e apresentando-se ao Departamento de Polícia Federal (DPF/SPMAF) no estado onde irá fixar-se, o aluno receberá uma carteira de identidade de estrangeiro temporário, que será seu documento de identificação no território brasileiro. O estudante é inteiramente responsável pela validade do seu passaporte e do respectivo visto de permanência temporária. Na seleção, ainda em seu país, o estudante recebe um visto de estudante-convênio das embaixadas ou repartições Consulares Brasileiras, que é válido por um ano. Ao chegar ao Brasil, tem o prazo de 30 dias para se apresentar ao DPF/SPMAF para registro. O visto temporário IV é o visto especial concedido aos estudantes estrangeiros pelo prazo de até 01 (um) ano, prorrogável, quando for o caso, mediante prova do aproveitamento escolar e da matrícula. A renovação do visto, assim como a assistência médica, é de inteira responsabilidade do estudante-convênio. Antes de 30 dias do vencimento do visto temporário, o estudante deve requerer a prorrogação do visto junto ao DPF/SPMAF. Se não o fizer incorrerá em multa diária, aplicada imediatamente após o vencimento do visto, por estar ilegalmente no Brasil. Excepcionalmente, ele deverá procurar com a maior brevidade possível o DPF, com a devida justificativa, para regularizar sua situação e pagar as multas sem sair do país. Para a prorrogação de seu visto temporário, o estudante-convênio deverá exibir junto ao DPF/SPMAF:

- 1) Requerimento específico adquirido junto ao DPF/SPMAF;
- 2) Passaporte com validade (cópia autenticada e nítida de todas as folhas);
- 3) Recolhimento bancário da taxa de 20,75 UFIR;
- 4) Declaração de regularidade da matrícula fornecida pela IES, acompanhada do histórico escolar completo, com indicação da data prevista de término do curso.
- 5) Prova de meios de subsistência.

Segundo o MEC, é obrigação do aluno providenciar em tempo hábil, junto à IES, a declaração de garantia de matrícula no semestre seguinte, exigida para renovação do visto temporário. A guarda do passaporte é de responsabilidade do aluno. Recomenda-se que seja feita fotocópia, mantendo-a em local diverso do da guarda do original. Sobre as multas, nem as IES, nem a SESu ou o DCT têm qualquer responsabilidade sobre a permanência irregular do estudante-convênio no país. Ao aluno caberá pagar a multa, se nela incorrer. O não pagamento implica deportação e conseqüente desligamento do PEC-G. É exigido também o não envolvimento em questões políticas, já que, como estrangeiro, o estudante-convênio não deverá se envolver em manifestações e ou atividades de cunho político, sob pena de sofrer todas as sanções previstas na legislação brasileira.

Acerca das normas regimentais e estatutárias das IES, além do que está previsto no Protocolo do PEC-G e no manual do MEC, o estudante-convênio deverá submeter-se às normas regimentais e estatutárias das IES e ao exame nacional de cursos (“provão”), pois a legislação pertinente não dispensa o estudante-convênio da realização desse exame.

O estudante deve ter recursos financeiros para sua manutenção no Brasil, quer no tocante à moradia, à alimentação e ao vestuário, quer quanto ao transporte (inclusive o necessário para vir ao Brasil ou dele sair) e compra de livros ou de outro material didático. Não há qualquer ajuda das IES, da SESu ou do MRE, visto que o estudante convênio assina a Declaração de Compromisso na Embaixada do Brasil sediada em seu país, atestando que tem recursos para se manter através do comprovante de capacidade econômica.

Como dito, uma vez que o estudante deve ter dedicação exclusiva aos estudos de um curso superior, não lhe é permitido trabalhar. Sua dedicação aos estudos deve ser total, para que seu índice de rendimento seja bom e lhe permita concluir o curso no prazo permitido. Em caso de estágio curricular, ou de participação em trabalho de iniciação científica, de Extensão Universitária ou de monitoria, o estudante-convênio poderá receber bolsa, desde que não se estabeleça vínculo empregatício e nem se caracterize pagamento de salário pelos serviços prestados. Ao ser selecionado pelo PEC-G, o aluno acata a indicação do curso e da IES, nos quais será matriculado sempre no primeiro ano ou no primeiro período, visto que em princípio as vagas do PEC-G são vagas iniciais.

O estudante estabelece ainda um compromisso de retorno ao país de origem. Selecionado segundo os mecanismos do PEC-G, o estudante-convênio compromete-se a retornar a seu país em no máximo três meses após a colação de grau. Também é imperativo que o estudante-convênio mantenha atualizado seu endereço junto à IES, comunicando seu novo endereço ao controle acadêmico da IES e à Polícia Federal. Manterá atualizado, também, o endereço dos pais ou de pessoa com quem se possa estabelecer contato no país de origem, para eventuais situações de emergência.

A SESu tem a responsabilidade de elaborar e manter atualizado, em conjunto com o DCT e a Comissão do Fórum de Pró-Reitores de Graduação — conforme Cláusula 8 do Protocolo — o Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, documento que contém a legislação e os assuntos de interesse dos participantes do PEC-G, incluindo atualizações referentes à informações sobre o Brasil (cultura, condições socioeconômicas, climáticas, etc.).

Já as IES têm a responsabilidade de fornecer à SESu, anualmente, o número de vagas disponíveis para o PEC-G do ano seguinte, com a indicação dos requisitos básicos para determinados cursos, bem como um relatório de custo de vida para atender às necessidades básicas de manutenção do aluno.

Este acordo é de grande importância para Angola, tanto pessoalmente, para cada formando, como nacionalmente, em sua participação no desenvolvimento do país.

#### 4. CINEMA E DOCUMENTÁRIO

A decisão de abordar o tema sob a perspectiva de um documentário cativou-me desde o começo, tendo em vista que através de um documentário seria possível criar uma interação mais fática entre o tema, os estudantes, e o público alvo da pesquisa. Segundo Ramos (2008):

“um documentário estabelece asserções ou proposições sobre o mundo histórico. São duas tradições de narrativas distintas, embora muitas vezes se misturem. O fato de autores singulares explicitamente romperem os limites da ficção e do documentário não significa que não possamos distingui-los.”

O tema ganha suma relevância, uma vez que aborda os estudantes africanos na Universidade de Brasília e os entrevistados poderão falar por si, sobre suas percepções e experiências em relação ao tema. Na abordagem de Bernard (2008):

“as personagens dão a vida ao documentário, as melhores histórias de documentários, não só envolvem o público em uma história imediata fundada em uma trama e em um personagem, mas com temas que ressoam para além da particularidade daquela trama e dos personagens que dão vida ao relato.”

Sendo assim, este trabalho se apresenta como um relato vivo na qual as personagens poderão expressar seus conhecimentos e experiências em prol dos estudantes africanos que virão para a universidade de Brasília.

Apesar de a qualificação de uma narrativa como documentário, até bem pouco tempo, ser negada por uma parcela de nossos críticos (Ramos, 2008), essa expressão (narrativa em documentário) cria um forte elo entre o público, as personagens e o tema não fictício. Isto porque um documentário pode se focar em várias opções, tais como o documentário mudo ou a narração, e isso já mostra que o produtor pode seguir o caminho que melhor se molda em seu trabalho (Bernard, 2008), sem contaminar o tema com seus ideais. Nesse ponto, Bernard (2008) exemplifica que muitos documentários contêm pelo menos algumas cenas que são observacionais. Alguns usam narração, mas usam com parcimônia. Outros combinam o *voice-over* com narração, ou roteiro *voice-over* em lugar da narração. Alguns filmes fabricam situações que então se desdobram na tela, tornando-se, portanto, observacionais. É por isso

que, segundo Bernard (2008), para que se faça um bom documentário é necessário ter a mente aberta, boas ideias.

Para o autor supracitado é sempre importante dar um passo atrás e perguntar a si mesmo se pode ter mente aberta para explorar a evidência e a honestidade, à medida em que se apresentarem, nuas e cruas, aos espectadores. De certa forma essa é uma visão de mostrar, não contar (Bernard, 2008).

Porém, é necessário frisar que para que se faça um documentário é necessário conhecer sua história no início do projeto, mas isso não significa saber exatamente o que se quer dizer e como — significa apenas ter uma ideia da linha da narrativa sobre qual poderia construir o assunto, e pelo menos alguma noção de temas que se tenha intuito de explorar. E de fato, na medida em que se realiza um documentário, o documentarista se mantém aberto para o novo, sujeito mesmo a informações conflituosas, que podem ou não terminar na tela. E, quanto mais eficiente for a forma pela qual se pode apresentar o caso, mais sólida será a posição do filme para apresentar um julgamento (Bernard, 2008).

Já que cada personagem tem a sua história, cada história há de gerar uma cena, tendo em vista que uma cena é um grupo consecutivo de tomadas dentro de uma única locação (Bernard, 2008, p. 63), resultando assim, nas diversas sequências que integrarão o documentário. Porém, cada personagem irá contar a sua história, e assim se poderá saber um pouco sobre eles, do que cada um vai retratar. Dessa forma, poderá ser provocado o interesse do público, que no caso, serão os leitores, ouvintes ou espectadores.

Digamos que a narração pode ser muito vantajosa para o documentário:

“[...] uma boa narração pode ser habilmente intercalada à história, essa história vai proporcionando uso espectadores, essa informação pode ser de alguma forma na medida certa para aqueles saibam onde estão, pode-se dizer que a exposição também pode ser feita através de imagens (sic) [...]” (BERNARD, 2008).

Podemos ressaltar que entre os lugares das filmagens e as personagens, a cena é a particularidade rigorosamente dramática no corpo de um texto que é narrativo por vocação, o texto cinematográfico. A cena é como instrumento de um projeto narrativo; a cena do roteiro de cinema tem uma versatilidade rara se comparada com a cena do narrador. Ressaltando que a cena é o elemento isolado mais importante de seu roteiro. A cena é onde algo acontece — onde algo específico acontece. A cena é uma unidade específica de ação e o lugar em que você conta sua história (Puccini, 2009).

Vale ressaltar que todo trabalho de filmagem deve ter uma boa equipe. A equipe de filmagem de entrevistas normalmente não reserva grandes surpresas no que tange ao planejamento do trabalho de câmera. Essa equipe tem as opções quanto ao tipo de enquadramento e ficam restritas às composições em plano médio. Supostamente as opções quanto ao tipo de enquadramento ficam restritas às composições em plano médio (Puccini, 2009).

É necessário saber que antes de uma filmagem deve-se fazer uma pesquisa, e que essa pesquisa muitas vezes prossegue durante as filmagens. O documentarista tende sempre a juntar uma quantidade suficiente de material que possibilita descrever seu filme com um maior detalhamento, como exige a escrita do argumento (Puccini, 2009).

O argumento de um roteiro é muito importante no trabalho. É do argumento que se pode saber na realidade se o trabalho vai valer a pena. Trata-se de uma peça escrita antes da definição das cenas do roteiro, portanto, antes daquilo que se conhece por tratamento ou escala. Podendo dizer e lembrar que as principais etapas de criação seriam envolvidas normalmente no trabalho do roteirista (Puccini, 2009). “[...] Os personagens envolvidos em um documentário desempenham necessariamente uma ação dramática que possa ser encaixado dentro de estrutura narrativa. [...]” (Puccini, 2009). Muitas vezes não se estipulam nas filmagens quantos personagens irão entrar; o corte, o ganho de velocidade narrativa é resultado da recorrência ao corte como operação elementar da montagem. O corte do plano, em situação de filmagem, representa a quebra da continuidade de uma ação. Essa quebra de continuidade, que no cinema clássico é disfarçada, manipula o tempo real da ação pela eliminação de tudo aquilo que não for essencial para a fluência da narrativa (Puccini, 2009).

Frequentemente o documentário chega ter grande importância, porque muitos documentários retratam a realidade das personagens, e isso demonstra que os estudantes africanos em Brasília puderam expor a sua realidade. Assim, assistir outros documentários ajudou no desenvolvimento do trabalho.

Vale a pena ressaltar que o documentário brasileiro começa a se expandir no final da década de 1990, e que a produção de filmes está em franco crescimento. Alguns títulos chegam aos cinemas, e a atenção do público e da crítica é cada vez maior. Três filmes se destacam em 1999: “Nos que aqui estamos por vós esperamos”, de Marcelo Masagão, que atingiu um público de quase 59 mil espectadores; “Santo Forte”, de Eduardo Coutinho, que chegou a quase 19 mil espectadores, e “Notícias de uma Guerra Particular”, de João Salles e Katia Lund, exibido em vários festivais e no canal de televisão a GNT/Globosat, com grande repercussão (Lins, 2008).

Para que se tenha um bom documentário, é necessário neste caso conhecer os personagens e fazer entrevistas que marcam o primeiro contato entre o documentarista, ou sua equipe de pesquisadores, com os possíveis participantes do documentário. É uma ação útil tanto para fornecer informações ou aprofundar outras já coletadas, quanto para, no caso de pré-entrevistas gravadas em vídeo, servir de teste para avaliar os depoentes como possíveis personagens do filme no que tange ao comportamento de cada um diante da câmera e à articulação verbal dos entrevistados (Lins, 2008).

No documentário podemos encontrar a etapa de montagem ou edição do documentário, que marca o momento em que o documentário adquire total controle do universo de representação do filme. Aqui já não importa o estilo do documentário, toda montagem implica um trabalho de roteirização que orienta a ordenação das sequências, define o texto do filme e dá forma final ao seu discurso (Puccini, 2009).

Para que se tenha um bom documentário, é necessário que haja o fio condutor. Esse fio condutor é o elemento da história que leva o filme adiante, do começo ao fim:

“Para que se tenha um bom fio condutor que o faça avançar, e você poderá incorrer nos desvios necessários para exposição, em uma teoria complexa, e fazer uso de personagens adicionais retomadas mais adiante. Às vezes, esses desvios lhe permitem semear informações que serão retomadas mais adiante.” (Bernard, 2008).

Pode-se perceber que o documentário tem as suas regras a serem seguidas. É necessário ter o roteiro e saber quem são os personagens, entre outras questões mais. Também é possível notar que o documentário brasileiro procura o seu público, mas ao longo dos anos tem ganhando espaço nas telas do povo brasileiro.

## 5. A PRODUÇÃO DE UM DOCUMENTÁRIO

A produção de um documentário é a parte prática do trabalho que começa com uma história, e essa história é a narrativa dos personagens, em que eles contam um acontecimento real ou uma série de acontecimentos, elaborados de modo a suscitar o interesse do público, seja ele composto de leitores, ouvintes ou espectadores. Em suas linhas mais gerais, uma história compreende início, meio e fim.

“Tem personagens cativantes, uma tensão crescente e um conflito que chega a alguma espécie de resolução. Envolve o público em um nível emocional e intelectual, motivando os espectadores a querer saber o que acontecerá a seguir.”

“A maior parte dos documentários são também narrativas, e isso significa, pura e simples contagem histórica [...]

“[...] A boa narração pode ser habilmente intercalada à história, proporcionando aos espectadores informação que pode ser de alguma forma uma medida certa para aqueles saibam onde estão. A exposição também pode ser feita através de imagens [...]” (Bernard, 2008).

Na produção é necessário o fio condutor. Como dito anteriormente, este é o elemento importante da história que leva o filme adiante.. “O truque é manter o fio condutor sempre indo adiante e lembrar-se de voltar para o *on track* em um espaço de tempo” (Bernard, 2008).

Antes da produção é necessário que se tenha o tema, o que de concreto se irá abordar no filme. Tema é um assunto subjacente geral de uma história específica, uma ideia recorrente que conduz a história. Com o tema e o roteiro já se pode começar a filmar.



## 6. MEMÓRIA DO DOCUMENTÁRIO (DA PRODUÇÃO E PÓS-PRODUÇÃO)

Para se produzir um documentário é necessária a cena, que é, como dito anteriormente, a particularidade rigorosamente dramática no corpo de um texto que é narrativo por vocação, como o texto cinematográfico (Puccini, 2009).

Na etapa de produção, o roteiro é a parte mais importante, já que existe a impossibilidade da escrita de um roteiro fechado que detalhe a cena. Isso ocorre porque nos filmes documentários a cena ocorre em virtude do assunto ou da forma de tratamento escolhida para sua abordagem. No princípio de toda vontade de produção está a necessidade de conseguir o suporte financeiro que a viabilize. Com raras exceções, documentários nascem dos desejos pessoais de investigação e divulgação. A produção de um documentário sobre os estudantes africanos na UnB começou primeiro pela formulação das questões, depois pela formulação do roteiro e em seguida pelas entrevistas com os estudantes africanos e com os professores.

O trabalho da escrita do filme no papel não se encerra com aprovação da proposta. Por sua forma concisa, esta serve pouco como instrumento para organizar a produção de um documentário. É preciso detalhar o conteúdo do filme, para que se possa fazer um correto levantamento das necessidades da produção (Puccini, 2009).

Na produção do documentário sobre os estudantes africanos fez-se entrevista aos professores e aos alunos, e toda a produção trabalhou para que se concluísse o documentário a tempo; essa equipe deu o seu máximo e trabalhou com muita dinâmica e responsabilidade para que o resultado fosse bom. Os personagens envolvidos nesse documentário desempenham necessariamente uma ação dramática que possa ser encaixado dentro da estrutura narrativa.

Na encenação teve que ser evitada a monotonia dos *talking heads*; para isso os documentários recorrem com frequência ao registro do personagem em ação. Essa ação muitas vezes se revela mais uma atividade: o personagem encena para a câmera aquelas que seriam suas atividades habituais ligadas à vida doméstica ou profissional.

O grupo de personagens — ao contrario do filme de ficção, que tem uma tendência muitas vezes incentivada pelos manuais de roteiro de centrar a história na figura de um protagonista— é bastante comum em filmes documentários. É a condução do assunto não por um personagem protagonista, mas por um grupo de personagens (Puccini, 2009).

O tempo narrativo é emoldurado por um tempo histórico. Esse tempo histórico é o tratamento do tempo narrativo do documentário, e segue um padrão muitas vezes similar ao de um filme de ficção.

A manipulação do tempo pelo discurso pode servir para criar interesse narrativo no filme pela via do suspense, exposição retardada das informações necessárias, e da surpresa, exposição em choque, de informações sem prévia preparação.

[...] O espaço da mesma maneira que ocorre com o tratamento do tempo, o tratamento do espaço no documentário também tende a reforçar o caráter de descontinuidade. As sequências exibidas pelo filme nem sempre são amarrados por uma relação de espaço [...] (Puccini, 2009).

A pós-produção começou com a edição e a montagem do documentário sobre estudantes africanos na Universidade de Brasília. Como a preocupação era de não produzir um filme muito amplo, foram utilizadas as gravações necessárias para o efeito.

[...] Não menos importante para a construção da estatística do documentário é o tratamento do som. Neste campo, cinco possibilidades se destacam: som direto, som de arquivo, *voice over*, efeito sonoro e trilha musical. [...] (Puccini, 2009)

Para a pós- produção do documentário fez-se edição e montagem. Esta foi a etapa mais trabalhosa, pois foram feitas várias entrevistas e foi preciso selecionar quais eram as pessoas que haveriam de entrar no documentário.

A etapa de montagem é a parte mais essencial do documentário, pois marca o momento em que o documentário adquire total controle do universo de representação do filme. Aqui já não importa o estilo do documentário, toda montagem implica um trabalho de roteirização que orienta a ordenação das sequências e define o texto do filme, dando forma final ao seu discurso.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter concluído o processo todo, destaca-se como ponto forte dessa experiência a conclusão desse documentário por uma estudante que passou por muitas dificuldades. Este trabalho foi uma grande experiência que eu tive sendo aluna de Publicidade. Antes de começar a fazer o trabalho e escolher o tema, falei com a professora Christina Segal, que foi minha orientadora em Pré-Projeto e que sugeriu que eu fizesse um produto. Dei a sugestão do tema e ela aprovou, sem esquecer que antes também havia falado com o Professor Fernando Oliveira Paulino sobre o tema e ele também havia me sugerido falar sobre os estudantes africanos em Brasília. Assim, o tema permaneceu o mesmo do pré-projeto. Foi muito bom ter escolhido fazer algo relacionado à África, sendo uma estudante africana na Universidade de Brasília (UnB). Muitos dos meus colegas não sabem o que é exatamente a África; muitos pensam que África é exatamente um país só. Também optei em fazer este trabalho porque já senti preconceito. Como por exemplo, quando cheguei ao Brasil com uma amiga e precisávamos alugar um apartamento; a imobiliária não aceitou alugar para nós porque éramos africanas. Estes e outros fatos me levaram a fazer este documentário.

Depois de ter terminada a fase teórica de pesquisas e leitura, demos início, eu e minha equipe, à parte prática do trabalho. Nessa fase nos ocupamos com a produção de vídeos e realizamos entrevistas com os alunos africanos que ingressaram na UnB via PEC-G, quando expuseram seus depoimentos acerca das experiências vivenciadas no universo acadêmico, como também na vida cotidiana da sociedade brasiliense. Dentro desse leque de entrevistas, tivemos a oportunidade de entrevistar alguns professores e servidores que trabalham diretamente com os assuntos que dizem respeito à comunidade africana na UnB.

Dentre os professores que tivemos oportunidade de entrevistar estava o professor Ivair Augusto Alves dos Santos. Ele foi muito importante e agregativo para o trabalho, já que é o responsável pelo Centro da Convivência Negra da UnB, um ambiente onde se tem a oportunidade de estar sempre em contato direto com os estudantes africanos, fato que deu ao professor um vasto conhecimento sobre a realidade vivida pelos estudantes. Além disso, ele já viveu por alguns anos em Angola, o que tornou a entrevista mais informativa e contribuiu de forma peculiar para o trabalho. Outro professor que também enriqueceu o trabalho foi o professor Fernando Oliveira Paulino, que já teve vários alunos africanos e abriu um espaço em Planaltina onde esses alunos têm a oportunidade de abordarem sobre a África para a comunidade.

Procurou-se conversar antes com os entrevistados para saber qual era o convívio deles com o universo africano; os entrevistados Correia José e Policarpo Quipungo abordaram um pouco sobre o convívio com a UnB e a sociedade brasileira, bem como suas experiências como estudantes do PEC-G.

As entrevistas foram feitas por mim, Teresa Doms, com a participação da grande equipe da Universidade de Brasília, que foram muito responsáveis, dinâmicos e competentes. O Caio Sato ficou com a parte da edição do trabalho e filmagem; Luis Felgueira ficou responsável pelo cenário e também pelas filmagens; Laura Feraiz foi a responsável do som; e Daniel Silva ficou responsável por montar os equipamentos e prestar auxílio, inclusive na filmagem. As entrevistas foram feitas em diversos locais da UnB, onde os entrevistados puderam dar seus depoimentos para a colaboração do documentário.

O convívio dos estudantes da UnB, sempre muito alegres e dispostos a ajudarem um ao outro, com os estudantes africanos também é importante, porque assim podem conhecer outras culturas, como a africana. Este trabalho será de grande importância, porque servirá como base para estender ainda mais os laços de países africanos, bem como a própria integração deles na UnB e na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BERNARD, Sheila Curran. **Documentário: técnicas para uma produção de alto impacto**. Trad. de Saulo Krieger. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agência Brasileira de Cooperação**. 2013. Disponível em: <[http://www.abc.gov.br/abc\\_por/webforms/default.aspx](http://www.abc.gov.br/abc_por/webforms/default.aspx)>. Acesso em: 29 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Catálogo ABC de Cooperação Técnica do Brasil para a África**. Disponível em: <[http://www.abc.gov.br/abc\\_por/Conteudo/CatalogoABCAfrica2010\\_P.pdf](http://www.abc.gov.br/abc_por/Conteudo/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC-G**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in África**. Ed. Civilização Brasileira. Brasil, 1948.

Gaio, G. 2012. “Você Imaginou. Nós Construímos.” Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação das infraestruturas angolanas. **Observador On-line**, vol. 7, nº 8, pp. 1-55.

LARAIA, Roque Barros. **“Cultura - Um conceito antropológico”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Nueva Sociedad**, ed. esp. em português, p. 55-71, out. 2008. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/p9-4\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/p9-4_1.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2013.

MESQUITA, Claudia; LINS, Consuelo. **Filmar o real - Sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 96 p.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Visão da África**. Brasília, 2002.

PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio S. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 254 p.

PINTO, Bruno. **Cooperação Sul-Sul**. 2009.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O Que é Mesmo Documentário?** São Paulo: Editora do SENAC, 2008.

PUCCINI SOARES, Sérgio José. **Roteiro de documentário: da pré-produção á pós-produção**. Trad. de Sérgio Puccini. São Paulo, 2009.

SOUZA, Edileuza Penha de. **Cosmovisão e identidade negra no Brasil**. Brasília, 2008.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **Documentário no Brasil – Tradição e transformação**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

## Filmes

ALMAJESTO, Rude. **Sob o diamante**. Brasil, 1976.

ANDRADE, Joaquim Pedro de. **O poeta do Castelo**. Brasil, 1959. 9 min. P&B. Som.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. Brasil, 1984. 119 min. P&B\Cor. Som.

GARIZIM, Bijú. **A única filha**. Angola, 2007.

SALLES, Walter. **Socorro nobre**. Brasil, 1995. 23 min. P&B. Som.

SARNO, Geraldo. **Viramundo**. Brasil, 1965. 40 min. P&B. Som.

SEMBA COMUNICAÇÃO. **Windeck**. Angola, 2012. Novela. Cor. Som.

SOARES, Paulo Gil. **Memória do Cangaço**. Brasil, 1964. 26 min. P&P. Som

**APÊNDICE**

## APÊNDICE A – Roteiro do Documentário

FADE IN

CENA 01: CASA DE POLICARPO E CORREIA – INT./DIA

A sala é pequena, possui um sofá branco velho e uma mesinha de centro.

TERESA DOMS, a entrevistadora, dirige perguntas para POLICARPO KIPUNGO sobre seu convívio com a Universidade de Brasília (UnB) e a sociedade brasiliense, bem como suas experiências enquanto estudante do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G).

CORTA PARA CORREIA JOSÉ.

CENA 02: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. EXT./ DIA

Sala de aula. Apresentação de momentos em que os estudantes angolanos se dirigem à Universidade para estudar.

CENA 03: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. INT./DIA

TERESA DOMS dirige perguntas sobre a relação no campo acadêmico e cultural, entre Brasil-África, ao professor Oliveira Paulino.

CORTA PARA PROFESSOR IVAIR.

CENA 04: RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNB EXT./DIA

TERESA DOMS, dirige perguntas ao entrevistado MARTIM FONKUA

CORTA PARA PEDRO GOMES

CORTA PARA ANICETO

CORTA PARA PATRICK CLIVE.

CENA 05: QUADRA DE FUTEBOL EXT./ DIA

Estudantes jogando futebol.

EM OFF.

CENA 06: FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

TERESA DOMS dirige perguntas à estudante IRINA PEREIRA

CENA 07: BAR PÔR DO SOL QUADRA 408 EXT./NOITE

Estudantes africanos em convívio com seus amigos brasileiros.



CENA 08: EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA INT./DIA

TERESA DOMS entrevista o adido de imprensa MATETA sobre as políticas públicas e de interação entre Brasil-África-Brasil.

CENA 09: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INT./DIA

TERESA DOMS entrevista responsável da assessoria de assuntos internacionais sobre o Convenio PEC-G e os estudantes africanos na UnB.

FADE OUT